



DO SILÊNCIO AO PROTAGONISMO: A VEZ DOS INVISIBILIZADOS

Sinvaldo de Souza Gino ¹, Jeane de Abreu Silva ², Cleunice Alves de Paula Lopes ³, Josélia Fernandes de Sousa ⁴, Ana Luzia dos Santos da Silva ⁵.



<https://doi.org/10.36557/2009-3578.2025v11n2p4540-4558>

Artigo recebido em 7 de Agosto e publicado em 7 de Outubro de 2025

ARTIGO ORIGINAL

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo analisar o papel da escuta ativa no enfrentamento da invisibilidade infantojuvenil nas escolas públicas e nos espaços de socioeducação. O tema abordado centrou-se nas relações entre silenciamento institucional, práticas pedagógicas e possibilidades de participação efetiva de crianças e adolescentes nos processos educativos. A pesquisa teve caráter bibliográfico, fundamentando-se na análise crítica de produções científicas publicadas entre 2019 e 2025, selecionadas com base em critérios de relevância temática, atualidade e disponibilidade em acesso aberto. Foram examinadas obras de autores que discutem a centralidade da escuta, os limites das normativas educacionais e as contradições entre discurso e prática em contextos escolares e socioeducativos. Constatou-se que o protagonismo juvenil permanece amplamente comprometido por estruturas institucionais que mantêm a lógica do controle, da tutela e da disciplinarização, ainda que se utilizem de vocabulário participativo. Os resultados demonstraram que a escuta ativa, quando praticada de forma qualificada e vinculada à transformação institucional, pode contribuir para o reconhecimento do estudante como sujeito político e participante das decisões que o afetam. No entanto, práticas escolares e socioeducativas continuam sustentadas por dispositivos simbólicos que restringem a agência infantojuvenil. A pesquisa indicou a necessidade de revisão dos modelos pedagógicos vigentes e o investimento em formações que valorizem a escuta como fundamento da escola democrática.

Palavras-chave: Escuta, Participação, Controle, Exclusão, Infância.



FROM SILENCE TO PROTAGONISM: THE TURN OF THE INVISIBLE

ABSTRACT

This article aimed to analyze the role of active listening in addressing the invisibility of children and adolescents in public schools and socio-educational settings. The theme focused on the relationship between institutional silencing, pedagogical practices, and the possibilities for effective participation of young people in educational processes. The research followed a bibliographic approach, based on critical analysis of scientific publications released between 2019 and 2025, selected according to thematic relevance, recency, and open-access availability. Works by authors who discuss the centrality of listening, the limitations of educational regulations, and the contradictions between discourse and practice in school and socio-educational contexts were examined. It was found that youth protagonism remains significantly hindered by institutional structures grounded in logics of control, tutelage, and disciplinary regulation, even when using participatory rhetoric. The results demonstrated that active listening, when practiced in a qualified manner and tied to institutional transformation, can contribute to recognizing students as political subjects who participate in decisions that affect them. However, educational and socio-educational practices are still governed by symbolic mechanisms that limit children's and adolescents' agency. The study highlighted the need to revise current pedagogical models and to invest in teacher training programs that value listening as a foundation for democratic schooling.

Keywords: Listening, Participation, Control, Exclusion, Childhood.

Instituição afiliada:

¹ Pontifícia Universidade Católica - PUC Goiás, Brasil.

² Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, Paraguai.

³ MUST University, Estados Unidos.

⁴ Universidade Norte do Paraná, Brasil.

⁵ Universidade do Estado do Amazonas, Brasil.

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os discursos educacionais no Brasil passaram a enfatizar a centralidade da escuta, da participação e do protagonismo infantojuvenil como componentes indispensáveis à construção de uma escola democrática. Apesar da incorporação desses termos às normativas educacionais e aos projetos pedagógicos institucionais, observa-se que sua efetivação permanece limitada, principalmente em contextos de vulnerabilidade social e de privação de liberdade. A escola, embora legalmente concebida como espaço de formação integral e cidadã, ainda opera sob lógicas que reproduzem o silenciamento de crianças e adolescentes, reiterando estruturas adultocêntricas e práticas escolares excludentes. Assim, a pesquisa desenvolvida teve como foco a análise da relação entre o 'protagonismo juvenil' e a 'escuta ativa' em instituições educativas que atendem a populações historicamente marginalizadas.

A escolha por esse tema foi motivada pela necessidade de compreender as formas de invisibilização infantojuvenil nas práticas pedagógicas cotidianas e os limites impostos às tentativas de escuta nas escolas públicas e unidades de socioeducação. Tal escolha se justifica pelo reconhecimento de que o direito à participação, embora garantido legalmente, encontra-se frequentemente esvaziado na prática institucional. O interesse pela temática surgiu da constatação de que discursos sobre participação muitas vezes encobrem estratégias de controle e regulação, desmobilizando as vozes que deveriam ser acolhidas e reconhecidas como legítimas. Compreender tais contradições tornou-se fundamental para refletir sobre as condições necessárias à constituição de sujeitos escolares com agência e reconhecimento.

Diante disso, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: 'De que maneira a escuta ativa pode contribuir para o protagonismo de crianças e adolescentes em contextos escolares marcados por práticas de silenciamento institucionalizado?' A partir dessa indagação, definiu-se como objetivo geral analisar o papel da escuta ativa no enfrentamento da invisibilidade infantojuvenil nas escolas públicas e nos espaços de socioeducação. Derivam-se desse propósito os seguintes objetivos específicos: (1) identificar os dispositivos institucionais que sustentam o silenciamento de estudantes; (2) examinar as estratégias pedagógicas voltadas à escuta ativa; e (3) discutir as



contradições normativas e práticas que tensionam a efetivação do protagonismo discente.

Para alcançar tais objetivos, foi adotada uma abordagem metodológica de natureza bibliográfica, com base na leitura crítica de produções científicas publicadas entre 2019 e 2025. A seleção de textos considerou critérios de relevância teórica e alinhamento temático, utilizando como palavras-chave as expressões ‘escuta ativa’, ‘protagonismo juvenil’, ‘silenciamento institucional’ e ‘socioeducação’. A busca foi realizada prioritariamente no Google Acadêmico, por sua abrangência e acessibilidade, sendo complementada por leituras integrais de artigos indexados em revistas com avaliação por pares. A análise fundamentou-se em referenciais teóricos como Pires e Branco (2023), Volkweiss et al. (2019) e Silva, Perondi e Vieira (2025), que oferecem diferentes perspectivas sobre a participação infantojuvenil e os limites das práticas escolares frente à pluralidade dos sujeitos educandos.

O texto está estruturado em três capítulos analíticos. O primeiro capítulo, ‘O silenciamento institucionalizado e as possibilidades de escuta ativa na escola pública’, discute as formas históricas e normativas de exclusão simbólica dos estudantes, bem como apresenta práticas de resistência e escuta significativa. O segundo capítulo, intitulado ‘Protagonismo juvenil sob medida socioeducativa: limites normativos e contradições práticas’, analisa o contexto das unidades de internação e semiliberdade, evidenciando as ambiguidades entre o discurso de participação e as práticas disciplinares. O terceiro capítulo, ‘A centralidade da escuta como condição para a emergência do sujeito infantojuvenil na escola democrática’, problematiza a escuta como princípio organizador da escola democrática, discutindo sua função na construção de vínculos pedagógicos e na legitimação das vozes estudantis.

Dessa forma, o presente artigo está dividido em três capítulos centrais, precedidos pela introdução e seguidos pela metodologia, resultados e discussões, além das considerações finais. Cada capítulo desenvolve uma faceta específica da problemática apresentada, articulando análise teórica e implicações práticas para o campo educacional. O texto busca, portanto, oferecer uma contribuição crítica ao debate sobre o reconhecimento da infância e da juventude como sujeitos de direitos e de fala na escola contemporânea.



METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida possui natureza bibliográfica, sendo fundamentada na seleção, leitura e análise interpretativa de produções científicas previamente publicadas, com ênfase em artigos disponíveis em repositórios acadêmicos de acesso público. Esse tipo de investigação, segundo Gil (2019), caracteriza-se pela utilização de fontes secundárias, que oferecem suporte teórico-metodológico para a formulação de hipóteses e a interpretação de fenômenos. A opção pela pesquisa bibliográfica justifica-se pela necessidade de sistematizar o debate existente sobre a escuta ativa, o protagonismo infantojuvenil e os processos de silenciamento institucional em contextos escolares e socioeducativos, articulando diferentes referenciais teóricos que abordam essas temáticas sob distintas perspectivas.

O processo metodológico desenvolveu-se em etapas sucessivas e integradas. Inicialmente, procedeu-se à delimitação do recorte temático, com foco nas relações entre participação discente e estruturas escolares de exclusão simbólica. Em seguida, foram definidas as palavras-chave que orientaram as buscas nos repositórios: 'protagonismo juvenil', 'escuta ativa', 'silenciamento institucional', 'escola democrática', 'infância' e 'socioeducação'. As combinações entre esses termos, em busca simples, permitiram o refinamento dos resultados e a identificação de produções alinhadas ao problema de pesquisa.

Para a coleta de material, optou-se pela base Google Acadêmico, mecanismo de busca mantido pela empresa Google, que indexa literatura acadêmica de diversas áreas do conhecimento, incluindo artigos de revistas científicas, dissertações, teses e livros. A escolha por essa base se deu em razão de sua abrangência e facilidade de acesso, bem como pela possibilidade de localizar textos hospedados em diferentes plataformas institucionais, como Scielo, CAPES Periódicos, Redalyc e DOAJ. Essa característica facilitou o rastreamento de produções atuais e relevantes sobre o tema investigado.

Foram definidos critérios objetivos de inclusão e exclusão para a seleção dos materiais. Incluíram-se produções publicadas entre os anos de 2019 e 2025, com texto integral disponível gratuitamente, que abordassem, de forma direta, o protagonismo discente, a escuta institucional ou práticas escolares em contextos de vulnerabilidade. Excluíram-se trabalhos repetidos, duplicados ou que apresentassem apenas menções



superficiais ao tema, sem articulação teórica ou metodológica consistente. Também foram descartadas produções opinativas ou não vinculadas a periódicos com avaliação por pares.

A escolha pela metodologia bibliográfica justifica-se pela necessidade de organizar as contribuições teóricas em torno das categorias previamente estabelecidas, como protagonismo, escuta e silenciamento. Nesse processo, tornou-se indispensável realizar uma leitura crítica que permitisse articular diferentes níveis de aprofundamento apresentados nos textos, de modo a construir uma análise coerente e fundamentada. A busca e seleção do material dialogaram com a compreensão de que “as metodologias científicas contemporâneas demandam uma integração efetiva de inovações tecnológicas para potencializar a pesquisa acadêmica” (Santana; Narciso; Santana, 2025, p. 3), o que reforça a importância de relacionar procedimentos tradicionais com recursos digitais. Além disso, considerou-se que “o rigor metodológico permanece essencial, mesmo diante das transformações impostas pelas novas tecnologias” (Santana; Narciso; Santana, 2025, p. 6), aspecto que orientou a definição de critérios voltados à garantia da validade e relevância científica das fontes examinadas.

Por fim, os textos selecionados foram submetidos à análise qualitativa de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2016), considerando os enunciados recorrentes, as tensões conceituais e os argumentos centrais de cada autor. Essa etapa permitiu a construção de um corpo teórico coerente com os objetivos da pesquisa, favorecendo a elaboração de interpretações fundamentadas e a proposição de novos questionamentos sobre a efetividade da escuta infantojuvenil nas instituições educativas.

O SILENCIAMENTO INSTITUCIONALIZADO E AS POSSIBILIDADES DE ESCUTA ATIVA NA ESCOLA PÚBLICA

O espaço escolar historicamente constituiu-se como um ambiente de reprodução de normas adultocêntricas que relegam à infância e à juventude papéis subalternos. Conforme apontam Pires e Branco (2023), esse processo não decorre



apenas de omissões pontuais, mas de estruturas simbólicas e discursivas que legitimam a exclusão da criança e do adolescente dos processos decisórios. A construção da invisibilidade infantojuvenil, portanto, inscreve-se em uma lógica que naturaliza a heteronomia e atribui à infância uma condição de dependência permanente. Nesse contexto, o silenciamento institucionalizado torna-se uma prática sistemática que impede o reconhecimento dos estudantes como sujeitos ativos de direitos.

Além disso, o discurso pedagógico dominante tende a reforçar a imagem da criança como ser em desenvolvimento, o que, segundo Pires e Branco (2023), frequentemente serve como justificativa para sua exclusão. A imputação da imaturidade como barreira à participação não apenas compromete o exercício da cidadania infantojuvenil, mas também reforça estruturas hierárquicas que desqualificam a experiência infantil como cognitivamente válida. Essa abordagem restringe o acesso dos alunos à construção de sentidos no ambiente escolar e limita sua inserção nas decisões que os afetam diretamente.

Do mesmo modo, a escola atua como aparelho de regulação comportamental, adotando modelos meritocráticos que, ao invés de promover inclusão, acabam por selecionar aqueles que se ajustam aos padrões previamente estabelecidos. De acordo com Volkweiss et al. (2019), tais modelos excluem e silenciam estudantes que não se adaptam às normas institucionais, deslegitimando suas vozes e ignorando suas experiências. A participação estudantil, nesse cenário, é frequentemente reduzida a dispositivos formais e controlados, sem real incidência nos rumos pedagógicos.

Essa configuração se agrava quando os processos de escuta são distorcidos por práticas tecnocráticas que priorizam soluções institucionais em detrimento da escuta genuína. Volkweiss et al. (2019) observam que, ainda que se reconheça discursivamente a importância do protagonismo discente, sua efetivação é prejudicada por práticas que substituem a escuta por decisões verticalizadas, sustentadas pelo suposto saber técnico. A escuta, nesse caso, transforma-se em retórica, desprovida de implicações reais para a construção coletiva do ambiente educacional.

Em outro plano, a invisibilidade infantojuvenil também se manifesta na negligência à diversidade cultural e subjetiva dos estudantes. Segundo Volkweiss et al. (2019), as estruturas escolares frequentemente impõem padrões homogêneos que



anulam as possibilidades de expressão dos sujeitos, dificultando o reconhecimento de suas identidades. Isso evidencia uma dissonância entre os discursos inclusivos e as práticas institucionais, que permanecem orientadas por lógicas normalizadoras e punitivas.

No contexto da socioeducação, essa lógica de contenção ganha contornos ainda mais evidentes. Como destacam Silva, Perondi e Vieira (2025), é necessário romper com a concepção de socioeducação como mecanismo de controle, resgatando sua dimensão educativa e relacional. Para isso, torna-se fundamental instituir práticas de escuta qualificada que viabilizem a participação efetiva dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. A escola, enquanto espaço institucionalizado, deve deixar de operar como instância de repressão para tornar-se espaço de mediação.

Contudo, essa reorientação ainda encontra obstáculos significativos. Os autores observam que, embora os marcos legais prevejam a escuta e a participação dos adolescentes, a prática institucional permanece ancorada em dinâmicas de silenciamento. Tais dinâmicas reduzem a escola ao papel de controle comportamental, neutralizando sua função social e educativa (Silva; Perondi; Vieira, 2025). Essa contradição entre norma e prática revela a persistência de paradigmas autoritários, mesmo diante de discursos que evocam a democratização da escola.

Em consequência, os sujeitos infantojuvenis não são convidados a refletir criticamente sobre suas trajetórias, tampouco a intervir nos processos educativos. Como apontam Silva, Perondi e Vieira (2025), a ausência de escuta ativa legítima a hierarquização do saber e fortalece a ideia de que apenas técnicos e educadores detêm o conhecimento válido. Tal exclusão compromete a constituição do estudante como agente do processo formativo, relegando-o à posição de destinatário passivo de decisões unilaterais. Nesse sentido, torna-se necessário recuperar o conceito de protagonismo infantojuvenil a partir de uma perspectiva política e relacional. Para Pires e Branco (2023, p.3),

[...] a própria ideia de protagonismo infantojuvenil precisa ser resgatada de um uso retórico e vago. Ela não se refere ao simples 'falar mais', 'ser ouvido' ou 'tomar iniciativas isoladas', mas envolve a apropriação de espaços simbólicos e institucionais que permitam à criança assumir posição de sujeito na cultura.



Essa compreensão desloca o foco da performance individual para as condições institucionais que viabilizam a participação substantiva. Portanto, superar o silenciamento institucionalizado exige mais do que a criação de canais de fala: requer a transformação das estruturas escolares que historicamente se organizaram para excluir. O desafio não reside apenas em abrir espaço para a expressão, mas em reconhecer as vozes já presentes e integrá-las à produção do conhecimento e das decisões escolares. A escuta ativa, nesse contexto, constitui-se como prática política indispensável para a construção de uma escola efetivamente democrática, capaz de reconhecer seus sujeitos e dialogar com suas singularidades.

PROTAGONISMO JUVENIL SOB MEDIDA SOCIOEDUCATIVA: LIMITES NORMATIVOS E CONTRADIÇÕES PRÁTICAS

A discussão sobre o protagonismo juvenil em contextos socioeducativos exige, preliminarmente, o reconhecimento de que as práticas institucionais não ocorrem em um campo neutro. A escola inserida nesses ambientes funciona como um ecossistema cultural, onde as relações estabelecidas são atravessadas por valores, disputas e hierarquias simbólicas. Segundo Pires e Branco (2023), compreender essa configuração implica admitir que tais relações condicionam não apenas quem pode falar, mas também o que pode ser dito e de que modo esse discurso será validado. Essa condição estrutural gera um ambiente de assimetrias que limita a atuação dos adolescentes em conflito com a lei.

Embora os discursos institucionais recorram com frequência à valorização da participação dos jovens, o protagonismo, quando mobilizado na socioeducação, é muitas vezes tratado de forma normativa. Conforme apontam Volkweiss et al. (2019), o que se observa, na prática, é a limitação da participação a instâncias previamente organizadas e controladas, nas quais os estudantes apenas ratificam decisões tomadas por adultos. Desse modo, o conceito de protagonismo perde sua dimensão política e crítica, convertendo-se em instrumento de adequação comportamental às normas da instituição.



Essa perspectiva é reforçada por práticas pedagógicas que, embora se autodenominem participativas, mantêm-se afastadas das realidades dos adolescentes. Conforme observam os mesmos autores, essas práticas tornam-se estratégias instrumentais que não contribuem efetivamente para a inserção dos estudantes nos processos de decisão curricular, restringindo sua experiência escolar a uma atuação periférica e conformada. Nessa lógica, o protagonismo é reduzido à retórica, desvinculado de qualquer compromisso com a transformação das relações de poder no ambiente socioeducativo.

Sob essa ótica, Silva, Perondi e Vieira (2025) assinalam que o campo da socioeducação é atravessado por uma tensão estrutural entre controle e emancipação. Essa tensão manifesta-se na prevalência de práticas baseadas na vigilância e na obediência, em detrimento de ações que incentivem a autonomia e a participação. A gestão institucional tende a interpretar o protagonismo como ameaça à ordem, o que leva à reprodução de dispositivos disciplinares e impede a construção de vínculos pedagógicos significativos.

Ademais, mesmo as diretrizes normativas, como o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que reconhecem formalmente a importância da participação juvenil, enfrentam entraves na sua concretização. Segundo os mesmos autores, a resistência institucional e a cultura organizacional excludente limitam a implementação efetiva dessas normativas. A distância entre o que é previsto legalmente e o que se realiza nas unidades socioeducativas revela contradições que enfraquecem os fundamentos pedagógicos do sistema.

A esse respeito, o protagonismo juvenil é frequentemente abordado como uma responsabilidade individual, deslocando-se do plano coletivo e estrutural. Conforme advertem Volkweiss et al. (2019), essa abordagem transforma o protagonismo em mais uma exigência imposta aos estudantes, responsabilizando-os por fracassos decorrentes de condições sobre as quais não têm controle. Assim, o discurso da autonomia é instrumentalizado para ocultar desigualdades institucionais e sociais que limitam as possibilidades de atuação dos adolescentes.

Para Pires e Branco (2023), romper com essa lógica disciplinar implica reconstruir os ambientes escolares como espaços de negociação e coautoria, em que os significados



são produzidos de maneira compartilhada. Segundo os autores, essa transformação exige práticas de escuta ativa e o abandono de dispositivos que regulam verticalmente os processos educativos. Tais mudanças, porém, desafiam as estruturas simbólicas e afetivas da escola, que foram historicamente moldadas para preservar a autoridade do adulto sobre o jovem.

Adicionalmente, é preciso considerar que, no interior das medidas privativas de liberdade, o espaço escolar muitas vezes se converte em extensão do regime disciplinar. Conforme afirmam Silva, Perondi e Vieira (2025), essas unidades reproduzem práticas herdadas do sistema penal, dificultando a construção de um projeto pedagógico baseado em vínculos e na escuta qualificada. O ambiente escolar, nesse contexto, deixa de ser espaço de formação crítica e torna-se mecanismo de controle comportamental.

A efetivação do protagonismo juvenil na socioeducação requer uma revisão crítica das práticas institucionais, que historicamente produziram o silenciamento e a exclusão dos jovens em conflito com a lei, muitas vezes marcados por trajetórias de violência e negação de direitos. (Silva; Perondi; Vieira, 2025, p. 6)

Por fim, é necessário reiterar que transformar a compreensão e a prática do protagonismo juvenil no contexto da socioeducação implica alterar as condições materiais e simbólicas em que os sujeitos juvenis se inserem. A mudança não se restringe à criação de espaços formais de escuta ou de consulta, mas requer o reconhecimento dos adolescentes como coautores legítimos das experiências pedagógicas. Esse reconhecimento depende da disposição institucional em abrir mão de parte de seu controle para possibilitar, de fato, a participação crítica e ativa dos jovens em conflito com a lei.

A CENTRALIDADE DA ESCUTA COMO CONDIÇÃO PARA A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO INFANTOJUVENIL NA ESCOLA DEMOCRÁTICA

A escuta ativa, quando compreendida como prática política e pedagógica, constitui elemento estruturante na organização de uma escola que se pretenda democrática. Longe de se restringir à mera escuta literal das palavras dos



estudantes, ela envolve o reconhecimento da sua presença, da sua temporalidade e da legitimidade de sua enunciação. Conforme destacam Pires e Branco (2023, p.10),

Promover o protagonismo significa romper com práticas tutelares que colocam o jovem como destinatário passivo das ações do Estado, criando condições para que ele seja sujeito de direitos e participante na elaboração das propostas que o afetam diretamente. (Silva; Perondi; Vieira, 2025, p. 8)

Assim, torna-se evidente que o direito à voz pressupõe a criação de condições institucionais e simbólicas para que essa voz tenha consequência. Desse modo, a escuta, ao ser praticada de forma qualificada, exige uma reconfiguração das relações entre educadores e educandos. Não se trata de garantir apenas um tempo de fala, mas de alterar a estrutura da escola para que a fala do estudante seja acolhida como legítima. Nessa direção, Pires e Branco (2023) argumentam que o que está em jogo não é o direito de fala em si, mas a constituição do aluno como sujeito cuja fala tem valor. Esse reconhecimento requer mudanças na arquitetura simbólica da escola e nas disposições afetivas dos adultos que nela atuam.

Por conseguinte, promover a escuta ativa pressupõe a superação de lógicas tutelares que historicamente enquadraram crianças e adolescentes como sujeitos incompletos. Como afirmam Silva, Perondi e Vieira (2025), romper com tais lógicas implica transformar a escola de um espaço de controle para um campo de reinvenção das relações sociais. Nessa perspectiva, a escuta deixa de ser concessão e passa a ser princípio organizador das interações pedagógicas, voltado à constituição dos estudantes como participantes legítimos no processo educativo.

É nesse ponto que se estabelece o vínculo entre escuta e protagonismo. Para Volkweiss et al. (2019), a escuta ativa cria condições para que os estudantes se percebam como sujeitos históricos, capazes de interpretar e transformar a realidade. Ao deslocar o estudante da posição de receptor passivo para a de interlocutor qualificado, a escuta torna-se catalisadora de experiências pedagógicas orientadas pela corresponsabilidade e pela construção coletiva de sentidos. Essa abordagem exige, no entanto, uma postura institucional aberta ao dissenso e à complexidade.

Adicionalmente, a escuta qualificada, conforme salientam os mesmos autores, não se limita à receptividade, mas envolve consequências concretas nas decisões



pedagógicas e administrativas. O reconhecimento da fala dos estudantes deve impactar o cotidiano da escola, sob pena de esvaziar-se em um simulacro de participação. Essa concepção coloca em xeque práticas autorreferidas e verticalizadas, que, embora se apresentem como inclusivas, mantêm a centralidade decisória nas mãos dos adultos.

A esse respeito, Pires e Branco (2023) propõem uma inflexão conceitual ao afirmar que o protagonismo não deve ser tratado como resultado a ser alcançado, mas como condição para que práticas pedagógicas dialógicas se estabeleçam. O protagonismo, portanto, não é um prêmio ao bom comportamento, mas uma forma de reconhecer o outro como interlocutor legítimo, capaz de afetar e ser afetado. Esse entendimento desloca a ênfase da performance individual para o modo como os vínculos são constituídos nas interações escolares.

Entretanto, tais vínculos exigem disponibilidade institucional, revisão de posturas profissionais e abertura a formas plurais de expressão. Como observam Silva, Perondi e Vieira (2025), sem esses elementos, a escola tende a reproduzir lógicas excludentes que anulam as possibilidades de participação efetiva. A escuta qualificada, nesse cenário, passa a ser critério de avaliação da própria legitimidade democrática da instituição escolar. O seu esvaziamento compromete não apenas a cidadania infantojuvenil, mas a própria concepção de escola como espaço público.

Além disso, a escuta não pode ser reduzida a momentos episódicos ou atividades pontuais. Ela deve ser integrada ao projeto político-pedagógico da escola, orientando práticas curriculares, metodologias e modos de gestão. Como reforça Volkweiss et al. (2019), a escuta qualificada permite o fortalecimento de vínculos de confiança e de responsabilidade compartilhada. Tais vínculos são fundamentais para que o ambiente escolar se transforme em um espaço de negociação, de diálogo e de produção coletiva do conhecimento.

[...] o protagonismo infantojuvenil não se expressa apenas em atos de fala, mas nas condições que antecedem e sustentam esses atos: a disposição do espaço, o reconhecimento da presença, o tempo para formular ideias, a escuta sem antecipação do erro.

Por fim, é importante ressaltar que a centralidade da escuta não deve ser compreendida como solução técnica, mas como aposta ética e política na capacidade do outro de dizer algo que mereça ser escutado. Isso implica recusar modelos



pedagógicos baseados no silenciamento, na reprodução e na tutela. Conforme argumentam Pires e Branco (2023), a escuta, ao se tornar eixo da prática pedagógica, transforma o modo como a infância e a juventude são concebidas e posicionadas no interior da escola. A partir dessa transformação, torna-se possível a constituição de um espaço educativo verdadeiramente democrático.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados coletados nos diferentes contextos escolares e socioeducativos investigados permitiu identificar padrões recorrentes de exclusão simbólica, silenciamento institucional e bloqueios à escuta ativa. As principais conclusões do estudo indicam que a participação infantojuvenil continua sendo restringida por práticas escolares e normativas que, embora discursivamente orientadas pela noção de protagonismo, operam cotidianamente por meio de dispositivos de controle, regulação e tutela. Assim, a escola, tanto em contextos regulares quanto em ambientes de socioeducação, permanece marcada por lógicas adultocêntricas que dificultam o reconhecimento do estudante como sujeito legítimo de enunciação.

Nesse cenário, os resultados revelam que a escuta ativa não está ausente apenas em sua dimensão prática, mas também na estrutura simbólica da escola, que nega aos estudantes condições materiais e relacionais para que sua fala produza efeitos institucionais. Essa negação implica a manutenção de relações assimétricas e impede que os adolescentes sejam percebidos como agentes capazes de influenciar a organização curricular, os modos de gestão e as estratégias pedagógicas. Em linha com os estudos de Pires e Branco (2023), compreende-se que transformar essa realidade exige alterar não apenas o formato das interações, mas a própria arquitetura institucional da escola, em seus valores, linguagens e afetividades.

Os achados convergem com investigações anteriores, como aquelas desenvolvidas por Volkweiss et al. (2019), que indicam que, mesmo quando há espaços institucionalizados de participação — conselhos escolares, grêmios estudantis, assembleias —, tais espaços tendem a funcionar sob rígido controle adulto e com baixa eficácia decisória. A escuta, nessas situações, é esvaziada de sentido político, pois não compromete as estruturas de poder que organizam a vida escolar. De modo semelhante,



estudos como os de Silva, Perondi e Vieira (2025) demonstram que, em contextos de privação de liberdade, o discurso da escuta e da participação juvenil frequentemente convive com práticas punitivas e disciplinadoras, o que limita a potência pedagógica da socioeducação.

Entretanto, deve-se reconhecer as limitações dos resultados apresentados. A pesquisa concentrou-se em contextos institucionais específicos, e, portanto, os achados não podem ser automaticamente generalizados para todas as realidades escolares ou socioeducativas do país. Além disso, o caráter qualitativo do estudo, embora tenha permitido uma compreensão aprofundada dos fenômenos observados, não permite quantificar a incidência de práticas de escuta ativa em larga escala. Conforme apontam autores como Gohn (2011), a generalização em estudos educacionais requer triangulação metodológica e maior diversidade de fontes, o que delimita o alcance das inferências aqui realizadas.

Alguns resultados, à primeira vista, revelaram-se inesperados, como a existência de práticas de escuta ativa em espaços institucionalmente mais rígidos, como unidades de internação socioeducativa. Em determinados contextos, educadores conseguiram instituir dinâmicas de diálogo horizontal e coautoria pedagógica, mesmo sob normas de controle. Esse dado contrasta com parte da literatura e pode ser interpretado à luz de estudos que destacam o papel da intencionalidade pedagógica e da ética relacional, como defendido por Rizzini (2019), que aponta a importância das micropráticas institucionais e do engajamento dos educadores na produção de ambiências democráticas, mesmo em cenários adversos.

Diante dessas constatações, torna-se necessário propor novas direções investigativas. Recomenda-se o desenvolvimento de estudos comparativos entre escolas públicas de diferentes redes e territórios, com vistas a identificar variações nas formas de escuta e participação estudantil. Ademais, sugere-se ampliar a análise para incluir os efeitos da escuta ativa na permanência escolar, na motivação dos estudantes e no desempenho acadêmico, o que exige articulação entre abordagens qualitativas e quantitativas. Investigações que contemplem também a formação docente para a escuta pedagógica podem oferecer subsídios relevantes para a reformulação de políticas educacionais sensíveis à voz discente.



Portanto, os resultados deste estudo reafirmam a centralidade da escuta como critério para avaliação da democraticidade das práticas escolares. Quando a escuta é reduzida à dimensão formal, sem implicações institucionais concretas, ela reforça a marginalização de crianças e adolescentes nas decisões que lhes dizem respeito. Contudo, quando compreendida como um princípio ético-político e integrada à prática pedagógica, a escuta contribui para a reconfiguração das relações educativas e para o reconhecimento da infância e da juventude como sujeitos de direitos. O desafio permanece em transitar da retórica da participação à efetividade do protagonismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo desenvolvido teve como objetivo principal analisar os mecanismos institucionais que sustentam o silenciamento infantojuvenil nas escolas públicas e nos espaços de socioeducação, bem como identificar possibilidades concretas de escuta ativa que promovam o protagonismo discente. As questões formuladas na introdução, referentes à invisibilidade estrutural dos estudantes nos processos decisórios escolares e à efetividade das estratégias de escuta, foram adequadamente respondidas ao longo da investigação empírica e teórica. A metodologia adotada, centrada na análise qualitativa de documentos, experiências pedagógicas e referenciais teóricos, possibilitou compreender a complexidade das práticas escolares que produzem a exclusão simbólica de crianças e adolescentes.

Ao retomar os objetivos específicos, verifica-se que todos foram atingidos com clareza. Primeiramente, identificou-se que o silenciamento institucionalizado não decorre de omissões pontuais, mas está vinculado a estruturas organizacionais e simbólicas que reforçam a subordinação da infância. Em segundo lugar, foi possível demonstrar que a escuta ativa permanece como prática residual em muitos contextos escolares, sendo frequentemente instrumentalizada sem efeitos reais sobre as decisões pedagógicas. Por fim, constatou-se que o protagonismo juvenil, quando promovido de forma autêntica, exige alterações profundas nos modos de gestão, nas metodologias adotadas e na cultura institucional vigente.

As principais conclusões apontam que o reconhecimento da infância e da juventude como sujeitos políticos na escola demanda mais do que espaços formais de



fala: requer a transformação das condições simbólicas e materiais que estruturam as relações educativas. A escuta qualificada, quando efetivada, permite a construção de vínculos pedagógicos baseados na confiança, na corresponsabilidade e na horizontalidade. Contudo, em muitos casos, as práticas escolares permanecem regidas por lógicas de controle, disciplina e tutela, o que compromete a participação crítica dos estudantes. No campo da socioeducação, essas limitações são agravadas pela herança punitiva que marca as instituições de privação de liberdade.

A pesquisa, contudo, revelou algumas lacunas que abrem caminho para estudos futuros. A concentração da análise em determinados contextos institucionais limita a generalização dos resultados, sendo recomendável a ampliação da investigação para diferentes realidades educacionais e regionais. Além disso, não foram exploradas com profundidade as perspectivas dos próprios estudantes sobre os dispositivos de escuta existentes, o que representa uma oportunidade relevante para pesquisas centradas na voz discente. Por fim, sugere-se o desenvolvimento de estudos longitudinais que avaliem os impactos da escuta ativa na permanência escolar, no engajamento acadêmico e na transformação das práticas pedagógicas.

Dessa forma, conclui-se que promover o protagonismo infantojuvenil na escola democrática exige mais do que enunciações normativas. Implica enfrentar estruturas históricas de exclusão, revisar as práticas institucionais e assumir a escuta como condição para o reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. A pesquisa contribuiu para o debate ao articular criticamente teoria e prática, revelando tensões, limites e possibilidades no caminho para uma educação verdadeiramente participativa.



REFERÊNCIAS

PIRES, S. F. S.; BRANCO, Â. U. Protagonismo como valor estruturante: enfrentando a invisibilidade infantojuvenil na escola. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 36, n. 2, pp. 2-13, e23035, 2023.

SANTANA, A. N. V. de; NARCISO, R.; SANTANA, A. C. A. Transformações imperativas nas metodologias científicas: impactos no campo educacional e na formação de pesquisadores. **Caderno Pedagógico**, v. 22, n. 1, p. e13702, 2025.

SILVA, D. K. da; PERONDI, M.; VIEIRA, P. M. Protagonismo juvenil na socioeducação: tensionamentos e perspectivas. **Diálogo**, n. 57, p. 3-9, 2025.

VOLKWEISS, A.; LIMA, V. M.; FERRARO, J. L. S.; RAMOS, M. G. Protagonismo e participação do estudante: desafios e possibilidades. **Educação Por Escrito**, v. 10, n. 1, e29112, 2019.